

# **DOSSIÊ**

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA  
E EQUIDADE DE GÊNERO

## APRESENTAÇÃO

---

### Albertina de Oliveira Costa

Fundação Carlos Chagas

E-mail: albecosta@uol.com.br

Mudanças radicais no estatuto da mulher brasileira marcaram as últimas décadas. As mais notáveis foram um surpreendente incremento na escolaridade, uma significativa ampliação da participação no mercado de trabalho e a consequente implosão do modelo de família com provedor único. A constância e a intensidade desses processos sinalizam uma estrada sem volta. Apesar de notas dissonantes, como desigualdades na remuneração, no tipo de ocupação, na sobrecarga do trabalho doméstico e na persistência de um elevado grau de violência de gênero, os avanços são expressivos e inegáveis.

A visibilidade da presença feminina na vida social aumentou de modo exponencial. Paradoxalmente, as conquistas das mulheres no terreno da participação social e da cidadania não foram acompanhadas por ganhos na participação no mundo do político, na ocupação de espaços nas instâncias de poder formal.

Desde o fim da segunda guerra mundial, manifesta-se uma tendência de reversão da histórica exclusão feminina dos espaços de representação parlamentar. Entre 1945 e 1995, data da 4ª Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim, a participação política feminina, que parte de níveis muito baixos, apenas 3%, passa, a nível mundial, para 11,6%, no Brasil, sobe de 0% para 6,3%, não se distanciando dessa média. No entanto, como apontam José Eustáquio Diniz Alves et al. (2015)<sup>1</sup>, nas décadas subsequentes o percentual de deputadas passou de 11,6% para 22,2 tomando 2015 como ano referência. O Brasil, contudo, não acompanhou essa tendência, alcançando apenas 9,9%, uma das mais baixas do mundo. Na arena da política parece ter ocorrido um retrocesso: nunca foi tão grande a distância entre Brasil e demais países no que tange à participação das mulheres no parlamento. A exígua participação política feminina relega o país a uma posição muito desfavorável no ranking global.

Estão reunidas neste dossiê algumas contribuições ao seminário *Lugares de Mulher na Política – desafios para a pesquisa no século 21*, realizado em maio de 2014, na Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. Segundo de um ciclo cujo objetivo é realizar um inventário da produção acadêmica no campo dos

---

1 ALVES, JED;CAVENAGHI,S.;CARVALHO, A.A.;SOARES, MCS Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sócio demográficas do Brasil 2015 (no prelo)

estudos de gênero na última , sinalizando avanços e lacunas do conhecimento.

Clara Araujo, em *Cultura política, gênero e mediações entre participação e representação*, reflete sobre os limites da capacidade da democracia de incluir as mulheres na Representação e busca articular Participação e Representação de uma perspectiva de equidade de gênero ancorada em análise de resultados de diversas pesquisas empíricas.

A sub-representação eleitoral feminina no Brasil é compensada pela ativa interação entre movimentos feministas e agências do Estado. As conquistas logradas na última década, no campo da legislação e das políticas voltadas para as mulheres, devem-se à construção de formas extraparlamentares de representação: são as conclusões de Lucia Avelar em *Onde as mulheres se representam ? Avenidas de representação extraparlamentar das brasileiras*.

Em *A mulher na política, despatriarcalização e envelhecimento: o crescente poder das balzaquianas*, José Eustáquio Diniz Alves alega que a desigual presença feminina na política não deve ser imputada ao eleitorado, majoritariamente feminino e com predisposição favorável a votar em mulheres, mas aos partidos políticos. Situa os principais entraves ao acesso, permanência e ascenso das mulheres na estrutura de poder da máquina partidária que reproduz e acirra desigualdades.